

MEC aprova reajuste maior

O GLOBO Terça-feira, 13/ 1/ 87

O PAÍS • 5

se escola provar perda

BRASÍLIA — O Governo Federal já admite um reajuste da anuidade escolar superior aos 35% já anunciados, contanto que as escolas particulares aceitem abrir seus livros contábeis e comprovem que realmente poderão fechar por falta de recursos. A proposta foi feita ontem pelo Secretário Geral do Ministério da Educação, Aloísio Sotero, ressaltando, no entanto, que cada caso será estudado individualmente.

— O índice único de 35% para todos os níveis de ensino, com um adicional máximo de mais 15% a ser livremente negociado nos Conselhos Estaduais de Educação (CEE), atende a 90% dos casos dos estabelecimentos educacionais particulares. Agora, os outros dez por cento que não foram atendidos poderão recorrer, aos CEEs e, se comprovarem a insuficiência orçamentária com o risco de fechamento, poderão obter aumentos maiores — disse Sotero.

Segundo cálculos que a Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Fenen) quando se iniciar oficialmente o ano letivo de 87, no próximo mês, três milhões de alunos de pré-escolar, 1º e 2º Graus não terão onde estudar. A Fenen considera insuficiente o índice máximo de 50% nos reajustes das mensalidades escolares concedido pelo Governo e estima que 60% dos estabelecimentos nos três níveis de ensino terão que encerrar suas atividades.

Mas nem a hipótese de aumento no índice de reajuste satisfaz a Fenen. Segundo seu Diretor Superintendente, Basílio Anastassakis, o que a entidade pleiteia não é um reajuste maior e sim a liberação total para que cada escola estabeleça, a sem quaisquer limitações, os aumentos que considere necessário.

— As escolas particulares estão com as mensalidades controladas pelo Governo desde 69. Oferecemos às autoridades federais uma fórmula, aprovada pela Unesco, na qual o cálculo para se estabelecer uma mensalidade é feita se tomando os gastos com pessoal, tanto corpo docente como técnicos administrativos, que não podem ultrapassar os 65% dos gastos das escolas — explicou Anastassakis.

A mensalidade é calculada multiplicando as despesas de pessoal pelo número de aulas semanais e pelo valor do salário-aula do professor e de-

pois dividido pelo número de alunos do colégio. “Esta fórmula, recentemente testada pela Fundação Carlos Chagas, inclusive em escolas públicas, em São Paulo, foi simplesmente ignorada pelo Ministério da Educação”, queixou-se Anastassakis, enfatizando que em algumas regiões, como o Norte e Nordeste, o fechamento de escola poderá atingir aos 100%.

Mais cauteloso, o Padre Augustinho Castejon, Presidente da Associação das Escolas Católicas (AEC), mesmo sem querer fazer previsões do número de escolas a fechar, admite que algumas delas não terão condições de continuar operando:

— Nossas escolas já estão funcionando no vermelho e se não houver o repasse do aumento dos professores, a ocorrer em março, não poderemos garantir nada — disse ele, informando que são 4.500 os estabelecimentos católicos de 1º e 2º Graus no País, para um total de mais de 2,5 milhões de estudantes.

No Rio, colégios particulares já aumentaram o preço de suas mensalidades acima do reajuste permitido pelo Governo Federal de 35% to com direito a negociação com os pais de alunos de mais 15%, mas o presidente do Sindicato dos Estabelecimentos Particulares do Município, professor Paulo Sampaio, garantiu ontem que não há qualquer indício de “desobediência civil” e que as escolas estão obedecendo às normas da Lei.

Segundo o professor, a determinação do Governo refere-se ao preço das semestralidades, o que permite uma cobrança diferenciada nos valores de cada mensalidade. Em sua opinião, uma escola só estará fora da lei a partir de junho, se a totalidade de sua semestralidade ultrapassar o valor da do ano passado. Sampaio citou alguns exemplos de estabelecimentos que estão com mensalidades incluídas nesse caso: o Princesa Isabel (do qual é proprietário), o Centro Educacional da Lagoa e o Anglo-Americano.

Na próxima segunda-feira, diretores de estabelecimentos de ensino particulares do Rio reúnem-se para decidir a posição da classe diante do reajuste concedido pelo Governo Federal. Essa decisão será levada à Brasília nos próximos dias 22 e 23, quando haverá o encontro do Conselho de Representante de escolas.